

# ITAMAR: CORRUPÇÃO.

**Lucena quer “estimular denúncias”**

O presidente Itamar Franco vai se reunir na próxima semana com a comissão de notáveis que estuda mecanismos de combate à corrupção. Os notáveis querem transformar em lei a proposta de reduzir as penas de pessoas que colaboram com a Justiça na elucidação de crimes contra a administração pública, como o Caso PC e o escândalo do Orçamento. A proposta foi apresentada pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), em reunião realizada no Supremo Tribunal Federal (STF). O senador disse que espera “estimular o aumento de denúncias de crimes praticados contra a administração pública.”

Segundo o presidente do STF, ministro Octávio Gallotti, a proposta de Lucena foi bem aceita pelos demais integrantes da comissão. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, foi um dos que apoiaram a redução de penas e até mesmo a extinção de punibilidade em troca da cooperação de testemunhas em determinados casos. Na reunião também foi discutida uma proposta para a extinção do repasse direto de recursos e subvenções sociais e convênios aos Estados e

municípios como forma de controle para evitar o desvio de verbas, como o que foi denunciado no escândalo da Comissão de Orçamento. Essa sugestão foi apresentada pelo presidente do TCU, Carlos Atila. Ele é a favor de que o repasse de verbas seja feito respeitando critérios rígidos e fixos como o tamanho dos municípios, renda per capita, número de habitantes.

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), defendeu a mudança de critérios para

a imunidade parlamentar. Ele informou à Comissão de Notáveis que pretende defender, durante a revisão, uma mudança no texto que garanta a imunidade apenas nos casos de crimes relacionados ao exercício do mandato. Inocêncio foi apoiado por todos os integrantes da comissão.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que também integra a comissão de notáveis, defendeu a alteração de uma mudança na lei das inelegibilidades. O ministro pretende remeter ao Congresso um projeto de lei alterando o texto da lei de modo que sejam considerados inelegíveis os candidatos que possuam sentença condenatória mesmo em primeira instância.

**Proposta de  
Lucena para  
“estimular o  
aumento de  
denúncias” conta  
com apoio da  
Comissão de  
Notáveis.**